



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004540-40.2014.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória**  
Requerente: **Luiz Fernando Spadacini**  
Requerido: **GISLAINE GONÇALVES PINHEIRO BRAGA ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação de cobrança fundamentada em nota promissória cuja emissão foi negada pela ré ao refutar que a assinatura nela aposta fosse sua.

A preliminar suscitada em contestação não merece acolhimento, porquanto nada há nos autos de concreto que evidencie a identidade entre a presente ação e aquela que tramita pelo r. Juízo da 4ª Vara Cível local.

Rejeita-se, pois, a arguição de litispendência entre os feitos.

No mérito, o único argumento invocado pela ré é o de que não assinou a nota promissória que lastreia o pedido vestibular.

Muito embora se reconheça que alegação dessa natureza poderia levar à ideia de realização de perícia grafotécnica, que na presente sede é de inviável concretização, reputo que a providência não é necessária diante de algumas peculiaridades.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

De início, o cotejo entre as assinaturas apostas no documento de fl. 06 e no instrumento de mandato de fl. 25 evidencia a semelhança de ambas, nada havendo a lançar dúvida sobre a autenticidade da primeira.

Como se não bastasse, comprovou-se a fl. 29 que aconteceu o reconhecimento da firma da ré no título em apreço, o que não foi pela mesma refutado (fl. 30 e 34).

Esse fato reforça a convicção de que a assinatura constante da nota promissória é verdadeira, inexistindo um só indício que apontasse para direção contrária.

O quadro delineado denota que a pretensão deduzida prospera, configurada satisfatoriamente a obrigação da ré quanto ao pagamento reclamado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 17.893,63, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.  
P.R.I.

São Carlos, 22 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**